

## ATA - TRE-AL/PRE/DG/SAD/COFIN/SGO

### ATA DA REUNIÃO

Aos 28 dias do mês de outubro de 2021, às 15h, reuniram-se na sala da Direção-Geral, o Diretor-Geral, Sr. Maurício de Omena Souza; o Secretário de Administração, Sr. José Ricardo Araújo e Silva; o Secretário de Tecnologia da Informação, Sr. Carlos Henrique Tavares Méro; a Secretária de Gestão de Pessoas, Sra. Katherine Maria Ferro Gomes Teixeira; a Secretária Judiciária, Sra. Cliciane de Holanda Ferreira Calheiros; a substituta da Coordenadoria de Material e Patrimônio, Sra. Ingrid Pereira de Lima Araújo; o Coordenador Orçamentário e Financeiro, Sr. Rui Carlos Galvão; o substituto do Secretário da Escola Judiciária Eleitoral, Sr. Lucas Cavalcanti Gomes; o Assessor de Gestão Estratégica, Sr. Ney Willer Santos Silva da Palma; e o chefe da Seção de Gestão Orçamentária, Sr. Agamenon Gomes Miranda Júnior.

Foi tratados temas de natureza orçamentária referentes à análise do 3º trimestre do acompanhamento da execução orçamentária, conforme fora programado na reunião de 30 de setembro de 2021 (análise do 2º trimestre), postergada para esta data, em face da participação de servidores em curso de capacitação sobre a Lei Geral de Proteção de Dados e devido à videoconferência sobre alinhamento orçamentário junto ao TSE.

Inicialmente foram apresentados os dados de execução por secretaria, por meio de planilhas e gráficos, no qual constatou-se melhora em parte das unidades, a mais sensível referente à EJE, após a disponibilização de orçamento ocorrida na fase de crédito adicional (3ª fase). Conseqüentemente também houve melhora no indicador geral do Tribunal. Entratanto foi ressaltado que, apesar das melhorias constatadas, a execução e pagamento da maior parte do orçamento discricionário continua abaixo das metas previstas para o 3º trimestre, já que as unidades que programaram os maiores montantes na LOA 2021, ainda apresentaram indicadores abaixo das metas.

Em seguida, em atendimento ao requerido pela STI na reunião anterior, também foi apresentado o Demonstrativo da Execução da unidade nos últimos 3 (três) anos. Foi observado que nos anos de 2019 e 2020 os montantes de crédito adicional destinados à unidade tiveram forte impacto no seu desempenho. Em 2019 grande parte se deveu à necessidade de executar créditos ora destinados à obra da reforma da antiga sede, enquanto em 2020 aos impactos da pandemia que impossibilitaram as ações de capacitação presencial e onde a baixa execução ocorreu devido ao *home office*.

Ainda foram apresentados os valores pré-empenhados para definição das unidades, conforme acertado, para indicação de manutenção, caso de possibilidade de contratação, ou anulação.

Foi levado ao conhecimento da Alta Administração que durante videoconferência da Setorial Orçamentária (TSE/SOF), realizada em 26/10/2021, foi apresentada a classificação dos tribunais quanto ao desempenho dos indicadores anuais. De modo que foram discutidas a necessidade de celeridade na execução, mas principalmente de pagamento, por unidades, inclusive com o fito de evitar a demasiada inscrição de despesas em restos a pagar ao final do exercício. Em análise comparativa ao excelente desempenho do Regional do Amapá, o Coordenador da COFIN questionou se não seria interessante rever os prazos de contratação com bastante antecedência, ou até mesmo avaliar o procedimento para analisar os "gargalos" que possam ser superados ou mitigados.

Face à divulgação de abertura de nova fase extraordinária de crédito adicional (4ª fase), durante a videoconferência com o TSE, com data de envio dos pedidos prevista para 26/11/2021, foram discutidos com os representantes das unidades a apresentação de demandas e a eventual cessão de crédito, para atender àquelas, para remanejamento ou mesmo para devolução ao TSE, através da análise de empenhos, crédito disponível e reservas de crédito ativas.

O coordenador da COFIN pautou a necessidade cumprimento do cronograma de elaboração e pagamento das folhas de ordinarias e extraordinárias, incluindo despesas de exercício anterior (DEA) e de restos a pagar, face ao prazo exíguo.

Por fim, o Sr. Diretor-Geral determinou o agendamento de nova reunião para a data de 18 de novembro, às 15 horas, no mesmo local, para avaliar um possível cenário de remanejamento de crédito e eventual participação na supracitada fase extraordinária de crédito adicional, com apresentação dos novos valores dos indicadores analisados.

Encerrada às 16h eu, Agamenon Gomes Miranda Júnior, lavrei a presente ata de reunião, que segue para conhecimento e subscrição eletrônica dos participantes supracitados.



Documento assinado eletronicamente por **AGAMENON GOMES MIRANDA JÚNIOR**, Chefe de Seção, em 16/11/2021, às 18:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **KATHERINE MARIA FERRO GOMES TEIXEIRA**, Secretária, em 29/11/2021, às 18:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RUI CARLOS GALVÃO**, Coordenador Orçamentário e Financeiro, em 29/11/2021, às 20:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **CLICIANE DE HOLANDA FERREIRA CALHEIROS**, **Secretária Judiciária**, em 02/12/2021, às 17:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **MAURÍCIO DE OMENA SOUZA**, **Diretor-Geral**, em 06/12/2021, às 14:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **YURI ANÍSIO GONÇALVES**, **Técnico Judiciário**, em 16/12/2021, às 13:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **NEY WILLER SANTOS SILVA DA PALMA**, **Assessor de Gestão Estratégica**, em 16/12/2021, às 15:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **INGRID PEREIRA DE LIMA ARAÚJO**, **Chefe de Seção**, em 16/12/2021, às 15:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ RICARDO ARAÚJO E SILVA**, **Secretário de Administração**, em 17/12/2021, às 13:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



Documento assinado eletronicamente por **CARLOS HENRIQUE TAVARES MÉRO**, **Secretário de Tecnologia da Informação**, em 07/01/2022, às 11:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-al.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-al.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0971875** e o código CRC **56996FF6**.